

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Grupo de Pesquisa “Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral”



DOSSIÊ: MÍDIA GANHA ELEIÇÃO?

John Dryzek
Dalmir Francisco
Vera Chaia
Luiz Lourenço



OPINIÃO

Dalmo Dallari
Aquiles Magide

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



AS ELEIÇÕES DE 2009 PARA O PARLAMENTO EUROPEU: RESULTADOS E INDAGAÇÕES

The 2009 Elections for the European Parliament: Results and Investigations

Aquiles Magide

Universidade Federal de Pernambuco

✉ aquilesmagide@terra.es

As eleições para o Parlamento Europeu celebradas no dia 07 de junho de 2009 provocaram alguns resultados que merecem ser analisados, tanto pelas evidências que os mesmos sugerem quanto pelas indagações que aparecem em vista dos mesmos.

As evidências

Quanto às evidências, cabe destacar, em primeiro lugar, que o Parlamento resultante destas eleições reafirma a consolidação de uma maioria legislativa da direita política, não tanto por um incremento do número de parlamentares do Grupo Popular Europeu, que na verdade obteve um ponto porcentual a menos. A consolidação da direita ocorreu, sobretudo, devido ao declínio de parlamentares do grupo socialista, que deixa de controlar 27,64% das cadeiras que possuía em 2004, para deter 21,87% na presente legislatura¹.

A outra circunstância que deve ser enfatizada é o incremento de

¹ O número de assentos no Parlamento Europeu é de 736, com a seguinte distribuição porcentual: Grupo do Partido Popular Europeu: 36%; Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu: 25%; Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa: 11,4%; Grupo dos Verdes/Aliança Livre Européia: 7,5%; Conservadores e Reformistas Europeus: 7,3%; Grupo Confederativo da Esquerda Unitária Européia/Esquerda Verde Nórdica: 4,8%; Europa da Liberdade e da Democracia: 4,3%; e Não Inscritos: 3,7%.

pequenos partidos que, apesar de numerosos, muitos deles possuem claras tendências anti-européias. Tais partidos alcançam uma representação próxima aos 13% da representação parlamentar. Outra situação é a ligeira subida dos Verdes, que passam dos 5,48% para os 7,2%.

A segunda evidência que os resultados trazem é a alta taxa de abstenção dos cidadãos europeus, que se situa em 57%. A baixa porcentagem de participação eleitoral sugere, pelo menos, duas reflexões: a) Confirma uma tendência progressiva de queda do comparecimento às urnas desde os primeiros processos eleitorais para o Parlamento Europeu até a atualidade. A evolução da participação foi de 67,2% nas primeiras votações até os meros 43% atuais. b) A abstenção é muito maior, em termos gerais, nos países de recente incorporação na União Européia, o que evidencia um escasso interesse dos cidadãos desses países com respeito às suas atribuições e à política que se realiza no marco da União, em contraste ao sucedido com os países que se incorporaram nos anos oitenta. A participação nestas eleições na Eslováquia foi de 19,64%; na Lituânia, 20,91%; na Polônia, 24,53% e na Romênia, 27,4%.

A terceira evidência que sugerem os resultados eleitorais, objeto da análise, é a derrota dos partidos socialistas nos países por estes governados. Com exceção da Eslováquia, nos demais países, estes partidos perdem as eleições européias; de um total de nove países governados por socialistas ou social-democratas na Europa, oito deles perderam as eleições. Isso ocorre da mesma forma nos países governados pela direita? A resposta é não: somente em cinco países de um total de dezoito governados pela direita, os partidos conservadores se viram superados pela oposição progressista, casos da Suécia, Grécia, Malta, Romênia e Dinamarca.

Desta maneira, o fortalecimento do bloco conservador no Parlamento Europeu, os altos índices de abstenção e o claro castigo aos partidos da

esquerda governantes na Europa são três dos traços mais visíveis do recente processo eleitoral.

As indagações

No campo das indagações, as perguntas que aparecem são muitas e diversas. No entanto, nos limitaremos a ressaltar duas: uma em relação aos níveis de participação eleitoral; e outra que questiona o porquê da diferença entre o castigo aos governos socialistas vs. os governos conservadores.

Vejamos: por que a taxa de participação nos processos eleitorais para o Parlamento Europeu é menor em relação às eleições de cada país – as nacionais?² São numerosos os estudos que, a partir da ciência política, tentaram dar uma solução a esta questão sem que, até a atualidade, pudéssemos fornecer uma resposta satisfatória e generalizada ao por que desse comportamento dos cidadãos em cada um dos países membros da União Européia. Isso porque não só as leis são diversas – em alguns países o voto é obrigatório -, como também a cultura política e as demais regras institucionais são muito diferentes entre os membros da União. Contudo, podemos, sim, apontar algumas idéias a esse respeito, tais como a percepção que os cidadãos têm a respeito das instituições européias, e em particular do Parlamento Europeu, como também do papel que os próprios partidos e seus líderes imprimem aos processos eleitorais de âmbito europeu, que podem ajudar a formular uma explicação razoável a este fenômeno.

Quanto à primeira questão, os cidadãos dos países membros, como colocado por pesquisas que se vêm realizando com certa periodicidade, observam as instituições européias como um emaranhado burocrático de escassa relevância – apesar das competências do Parlamento Europeu serem maiores atualmente do que no passado -, e no melhor dos casos, como um

² A participação média nas eleições legislativas nos países da Europa se situa em torno de 75%.

lugar onde o que importa é a defesa dos interesses nacionais e não dos interesses do conjunto da União. Se acrescentarmos que, diferentemente daquilo que ocorre nos processos eleitorais nacionais, os resultados eleitorais nas eleições para o Parlamento Europeu não produzem ou geram um governo da União, é evidente que o nível de interesse em tais eleições por parte dos cidadãos é escasso, e, conseqüentemente, a participação eleitoral decai. Um ponto ainda a ser questionado a esse respeito – apesar de exigir um espaço consideravelmente maior e que não dispomos no momento – é o porquê da existência de um maior desinteresse dos cidadãos do antigo bloco soviético recentemente incorporados à União quando comparados à média da União, em contraposição ao que se sucedeu com os cidadãos dos países mediterrâneos que se incorporaram à Comunidade Européia e posteriormente à União, nos anos oitenta, e que tiveram grande entusiasmo com o processo³. Provavelmente, o tipo de sistema político de que partiam os primeiros e os últimos, e, sobretudo, o modelo de transição política operada em tais países, apresenta a explicação para a diferença no comportamento eleitoral e interesse pelas instituições européias em uns e outros casos.

Com referência à segunda questão colocada, por que os partidos da direita governante na Europa foram notavelmente menos castigados que a esquerda nos governos? As respostas a esta indagação têm variado de acordo com as perspectivas a partir da qual elas são abordadas, mas que, da mesma forma que a pergunta respondida anteriormente, nos atrevemos a especificar dois pontos que compreendemos como relevantes: a falta de liderança no campo socialista da Europa e a falta de coesão e de projeto político definido. Quanto ao primeiro, resulta especialmente significativa a incapacidade política dos Partidos Socialistas europeus, na campanha eleitoral, de apresentarem um único candidato à Presidência da Comissão Européia, optando, no caso do

³ Nas primeiras eleições para o Parlamento Europeu celebradas na Grécia, a participação foi de 78,6%, na Espanha foi de 68,5% e em Portugal foi de 72,4%.

Partido Socialista Espanhol, entre outros, por apoiar Durão Barroso, à época Primeiro-Ministro de Portugal e retratado na famosa foto dos Açores junto com Bush, Blair e Aznar com relação direta à guerra do Iraque. Em referência à falta de coesão e de um projeto, basta observar a situação de conflito em que se encontra imerso o Partido Socialista Francês, ou ainda a inexistente alternativa da esquerda italiana frente ao bloco de Berlusconi.

Esse processo pode se repetir nas eleições brasileiras?

A resposta que me atrevo a dar é que o processo de consolidação e fortalecimento do bloco conservador na Europa não é, por si, exportável ao Brasil, o que não significa que ele não se possa dar por causas e motivos diferentes dos apresentados e analisados. Os fatores relativos aos interesses das políticas nacionais que concorrem na Europa; a distinta relevância que a situação de crise econômica impõe aos europeus quando comparada a que afeta os cidadãos brasileiros; os impactos que alguns fenômenos têm nos comportamentos eleitorais em certos países da União, em particular os processos migratórios; a própria configuração partidária nos países da União e no Brasil, assim como as diferenças mais que notáveis em torno das divisões na escala esquerda/direita que se observa nessas áreas geográficas, e os problemas de liderança e alternativas que apontamos com respeito à esquerda na Europa, não possuem uma similitude que possa ser generalizada para o âmbito brasileiro, o que nos permite afirmar que, caso ocorra um processo de formação de uma maioria conservadora no Brasil nos próximos processos eleitorais, muito provavelmente as causas sejam particularmente diferentes das observadas na Europa.

Tradução: Tiago Prata Lopes Storni*

* Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e integrante do Grupo de Pesquisa 'Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento eleitoral'.

ELECCIONES DE 2009 PARA EL PARLAMENTO EUROPEO: RESULTADOS Y LAS INVESTIGACIONES

Aquiles Magide

Universidade Federal de Pernambuco

✉ aquilesmagide@terra.es

Las elecciones al Parlamento Europeo celebradas el 7 de junio de 2009 han provocado unos resultados que merecen ser analizados, tanto por las evidencias que los mismos sugieren cuanto por los interrogantes que aparecen a la vista de los mismos.

Las evidencias

En cuanto a las evidencias, cabría decir, en primer lugar, que el Parlamento resultante de aquellas elecciones confirma la consolidación de una mayoría parlamentaria de la derecha política, no tanto porque se haya producido un incremento del número de parlamentarios del grupo popular europeo-baja un punto-, si no por el descenso de parlamentarios del grupo socialista que pasa de tener el 27,64% de los escaños en 2004 a 21,87% en la presente legislatura.¹ Las otras circunstancias que deben ser reseñadas es el

¹ El número de escaños en el Parlamento Europeo es de 736, y su distribución en porcentaje es la siguiente: Grupo del Partido Popular Europeo:36%; Grupo de la Alianza Progresista de los Socialistas y Demócratas en el Parlamento Europeo:25%; Grupo de la Alianza de los Demócratas y Liberales por Europa:11,4%; Grupo de los Verdes/Alianza Libre Europea:7,5%; Conservadores y Reformistas Europeos: 7,3%; Grupo Confederal de la Izquierda Unitaria Europea/Izquierda Verde Nórdica:4,8%; Europa de la Libertad y de la Democracia:4,3%; y, No Inscritos: 3,7%

incremento de pequeños partidos, pero a la vez numerosos, muchos de ellos con claras tendencias anti-europeas, que alcanzan una representación cercana al 13% de la representación parlamentaria, y una ligera subida de los verdes que pasan del 5,48% al 7,2%.

La segunda evidencia que aportan los resultados es la alta tasa de abstención de los ciudadanos europeos, que se sitúa en el 57%. El bajo porcentaje de participación sugiere, al menos, dos reflexiones: A) Confirma una tendencia progresiva de pérdida de participación desde los primeros procesos electorales al Parlamento Europeo hasta la actualidad. La evolución de la participación ha sido desde un 67,2% en los primeros comicios hasta el mermado 43% actual. B) La abstención es mucho mayor, en términos generales, en los países de reciente incorporación a la Unión, lo que evidencia un escaso interés de los ciudadanos de esos países respecto de su pertenencia y de la política que se realiza en el marco de la Unión Europea, en contraste a lo sucedido con los países que se incorporaron en los años ochenta. La participación electoral en estos comicios en Eslovaquia fue del 19,64%, Lituania el 20,91%, Polonia del 24,53%, o en Rumanía del 27,4%.

La tercera demostración que sugieren los resultados electorales objeto de análisis, es la derrota de los partidos socialistas en los países en donde gobiernan. Con la excepción de Eslovaquia, en los demás países esos partidos pierden las elecciones europeas; de un total de nueve países gobernados por socialistas o socialdemócratas en Europa, en ocho de ellos pierden las elecciones. ¿Ocurre esto en igual forma en los países en donde gobierna la derecha? La respuesta es no: solamente en cinco países de un total de dieciocho en donde gobierna la derecha en Europa, los partidos conservadores se han visto superados por la oposición progresista, casos de Suecia, Grecia, Malta, Rumanía y Dinamarca.

Así pues, el fortalecimiento del bloque conservador en el Parlamento Europeo, altos índices de abstención, y castigo notable a los partidos de la izquierda gobernante en Europa, son tres de los rasgos más sobresalientes del reciente proceso electoral.

Los Interrogantes

En el campo de los interrogantes, las preguntas que aparecen son muchas y diversas, si bien nos limitaremos a formular dos; una, en relación con los niveles de participación electoral; y la otra, cuestiona el por qué de la diferencia entre el castigo a los gobiernos socialistas versus gobiernos conservadores.

Veamos, ¿por qué la menor tasa de participación en los procesos electorales al Parlamento Europeo en relación con los procesos de elección nacionales?² Son numerosos los estudios que, desde la ciencia política, han intentado dar respuesta a esta cuestión sin que, hasta la actualidad, podamos dar una respuesta satisfactoria y generalizable al por qué de ese comportamiento de los ciudadanos en cada uno de los países miembros, y ello porque no solo las leyes electorales son diversas -en algunos países el voto es obligatorio -, si no porque la cultura política y las demás reglas institucionales son muy diferentes entre los miembros de la Unión. Sin embargo sí podemos apuntar algunas ideas al respecto, tales como la percepción que los ciudadanos tienen respecto de las instituciones europeas, y en particular del Parlamento Europeo, cómo del rol que los propios partidos y sus líderes imprimen a los procesos electorales de ámbito europeo, que pueden ayudar a una explicación razonable del fenómeno.

En cuanto a la primera cuestión, los ciudadanos de los países miembros, según ponen de manifiesto las encuestas que con cierta

² La participación media en elecciones legislativas en Europa se sitúa en torno al 75%.

periodicidad se viene realizando, observan a las instituciones europeas como un entramado burocrático de escasa relevancia – a pesar de que las competencias del Parlamento Europeo son mayores actualmente que en el pasado-, y en el mejor de los casos, como un lugar en el que lo importante es la defensa de los intereses nacionales y no los del conjunto de la Unión. Si a ello añadimos que, a diferencia de que lo que ocurre en los procesos electorales nacionales, los resultados electorales en las elecciones al Parlamento Europeo no producen o generan un gobierno de la Unión, es evidente que el nivel de interés en tales elecciones por parte de los ciudadanos es escaso, y consecuentemente la participación electoral decae. Un apunte más al respecto - si bien requeriría más espacio del que ahora disponemos- es interrogarnos sobre el por qué existe un mayor desinterés de los ciudadanos de los países del antiguo bloque soviético recientemente incorporados a la Unión respecto de la media de la Unión, en contraposición a lo que sucedió con los ciudadanos de los países mediterráneos que se incorporaron a la Comunidad Europea y posteriormente Unión, en los años ochenta, y que fue de gran entusiasmo en relación con ese proceso³. Probablemente, el tipo de sistema política del que partían unos y otros, y sobre todo el modelo de transición política operada en tales países, aporte explicación a ese diferente comportamiento electoral y de interés por las instituciones europeas en unos y otros casos.

Referente a la segunda cuestión planteada, ¿por qué los partidos de la derecha gobernante en Europa fueron notablemente menos castigados que la izquierda en los gobiernos?. Las respuestas a este interrogante varían según las perspectivas desde las que se aborden, pero, de igual forma que en la pregunta anteriormente formulada, nos atrevemos a reseñar dos que entendemos relevantes: La falta de liderazgo en el campo socialista en Europa,

³ En las primeras elecciones al Parlamento Europeo celebradas en Grecia la participación fue el 78,6%, en España el 68,5%, y en Portugal el 72,4%.

y la falta de cohesión y de proyecto político definido. En cuanto a lo primero, resulta especialmente significativa la incapacidad política de los Partidos Socialistas europeos, en la campaña electoral, de presentar un solo candidato a la Presidencia de la Comisión Europea, optando, en el caso del Partido Socialista Español, entre otros, por apoyar a Durao Barroso, a la sazón Presidente de gobierno de Portugal en la famosa foto de las Azores junto con Bush, Blair y Aznar en relación con la guerra de Irak. En referencia a la cohesión y falta de proyecto, basta observar la situación de conflictividad en la que se encuentra inmerso el Partido Socialista francés, o la inexistente alternativa de la izquierda italiana frente al bloque de Berlusconi.

Es Trasladable este processo a Brasil?

La respuesta que me atrevo a dar es que el proceso de consolidación y fortalecimiento del bloque conservador en Europa no es extrapolable por sí mismo a Brasil, lo cual no significa que pueda darse aún por causas y motivos diferentes a los analizados. Los factores relativos a los intereses de las políticas nacionales que concurren en Europa; la distinta relevancia que la situación de crisis económica impone a los europeos en relación con la que afecta a los ciudadanos brasileños; los impactos que algunos fenómenos tienen en los comportamientos electorales en ciertos países de la Unión, en particular los procesos migratorios; la propia configuración partidaria en los países de la Unión y en Brasil así como las diferencias más que notables en cuanto a ubicación en la escala derecha/izquierda que se observa en ambas áreas geográficas, y los problemas de liderazgos y alternativas que dejamos apuntados respecto de la izquierda en Europa, no tienen similitud generalizable en el ámbito brasileño, lo que nos permite afirmar que, de ocurrir un proceso de conformación de una mayoría conservadora en Brasil en los próximos procesos electorales, muy probablemente las causas sean especialmente diferentes a las observadas en Europa.

Tradução: Tiago Prata Lopes Storni*

* Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e integrante do Grupo de Pesquisa 'Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento eleitoral'.